



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0001285-91.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação**  
 Documento de Origem: **IP-Flagr. - 24/2014 - 1º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **DIOGO SERGIO DIMITRI PRINCE e outro**  
 Vítima: **Luis Eduardo Ferreira**

Aos 19 de março de 2018, às 16:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Ausente o réu DIOGO SERGIO DIMITRI PRINCE. Presente o seu defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. Prosseguindo, foi ouvida uma testemunha de acusação, **sendo o depoimento gravado por meio de sistema audiovisual**. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a Drª PROMOTORA:** “MM. Juiz: A prova é insuficiente para a condenação. O réu Diogo não foi reconhecido com segurança e o corréu Rodrigo já faleceu. Não se sabe se Diogo tinha conhecimento da origem ilícita do carro, até porque o outro policial ouvido (fls.284), também não o reconheceu com segurança. Diogo é revel (fls.250). Ocorreu a suspensão do benefício da suspensão (fls.217 e 230). Assim, requeiro a absolvição por insuficiência de provas”. **Dada a palavra a DEFESA:** “MM. Juiz: em comum com o Ministério Público, pela absolvição do réu por insuficiência de provas, observada a regra do artigo 155 do CPP. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** “DIOGO SÉRGIO DIMITRI PRINCE, qualificado às fls.08, com foto a fls.37, juntamente com o corréu Rodrigo Pego Moretti, previamente ajustado e com unidade de desígnios com terceiro até o momento não identificado, receberam e transportavam, em proveito comum, um veículo Honda Civic LXS, ano 2014, cor cinza, avaliado em R\$54.569,22, coisa que sabia se tratar de produto de crime. O réu foi beneficiado com a suspensão condicional do processo (fls.95). Revogada a suspensão (fls.230), com defesa preliminar apresentada (fls.269/269vº), sem absolvição sumária (fls.271). Em instrução foi ouvida uma testemunha de acusação (fls.284). Hoje, em continuação foi ouvida uma testemunha de acusação. O réu é revel (fls.259). Nas alegações finais as partes pediram a absolvição por falta de provas. **É o relatório. Decido.** Como bem observado pelo Ministério Público “a prova é



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

*insuficiente para a condenação. O réu Diogo não foi reconhecido com segurança e o correu Rodrigo já faleceu, não se sabe se Diogo tinha conhecimento da origem ilícita do carro, até porque o outro policial ouvido (fls.284) também não o reconheceu com segurança. Diogo é revel (fls.250). Ocorreu a suspensão do benefício da suspensão (fls.217 e 230)". Como bem observado pelo Ministério Público não há prova de autoria em relação a Diogo. É de rigor a absolvição por falta de provas. Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** DIOGO SÉRGIO DIMITRI PRINCE com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Transitada em julgado, ao arquivo. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.*

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público: